

## Os temas políticos de 2025

- ▶ Neste primeiro relatório do ano discutimos os principais temas políticos de 2025 que devem afetar a área econômica: i) Emendas parlamentares; ii) Reforma ministerial; iii) Reforma da renda; iv) novas medidas de ajuste fiscal; v) eleições 2026 e popularidade.
- ▶ Para o início de 2025, após a volta do Congresso e eleição para presidência das casas, o foco deve ser na aprovação do Orçamento, a incorporação do Vale-Gás e do Pé-de-meia e no tamanho inicial da contenção de despesas no ano

O Congresso Nacional voltou do recesso e da eleição para presidência das duas casas, com Hugo Motta como presidente da Câmara e Davi Alcolumbre retornando a presidência do Senado. As negociações para formação das Comissões para o novo ciclo devem tomar um mês. Em seguida, o orçamento de 2025 deve ser discutido e a expectativa é que o Governo cumpra a promessa de incluir o Pé-de-Meia e o Vale-Gás dentro do orçamento e sujeito aos limites fiscais. O Orçamento também será ajustado para considerar as medidas do pacote fiscal aprovadas no fim de 2024.

### Emendas parlamentares, reforma ministerial e governabilidade

Entre os principais temas políticos do ano está a negociação sobre as emendas parlamentares entre os poderes. No ano passado, foram autorizados pelo Governo R\$ 48 bilhões em emendas, sendo que parte das de comissão (ver gráfico abaixo) acabaram bloqueadas pelo Supremo Tribunal Federal.

Emendas Parlamentares Pagas (R\$ bi)



Como ferramenta importante na negociação das pautas, esse tema permeia todas as votações importantes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. De um lado, o Governo insiste tanto pelo montante quanto na alocação da execução, que deveria ser destinado a programas do próprio Executivo. Já o Legislativo quer manter os maiores valores e ter autonomia para escolher a destinação.

Entendemos que o ideal é uma solução que concilie o papel de representatividade democrática das emendas com responsabilidade fiscal e boa governança. Seria positivo reduzir o valor atual de emendas em um esforço de melhora fiscal e estabelecer mais mecanismos de melhora da transparência sobre a sua execução.

A reforma ministerial também será pauta no início do ano. Embora não tenha implicação direta sobre o cenário econômico, um maior suporte ao governo no Congresso e maior harmonia entre o executivo e legislativo, que dependem ao menos em parte da distribuição de ministros e da execução das emendas parlamentares, tende a reduzir ruídos na tramitação de propostas relevantes para a economia.

Para mais detalhes dos tópicos abaixo veja [Macro Visão Perguntas Fiscais de 2025](#) e [Brasil: 10 temas para 2025](#).

## **Eleições 2026**

As eleições de 2026 e as pesquisas de popularidade e de cenários eleitorais serão um assunto cada vez mais presente nas reuniões governamentais e nos bastidores de Brasília. Historicamente, os governos em anos de eleição nacional costumam executar ritmos elevados de crescimento das despesas primárias e maiores renúncias de receita, tanto em termos absolutos como na comparação com a primeira metade de seus mandatos. Assim, avaliamos que também é importante acompanhar os riscos de iniciativas que contornem e eventualmente desfigurem (embora sem alterar explicitamente) as regras fiscais.

## **Reforma da Renda**

Ainda neste primeiro semestre, o governo enviará os projetos da Reforma da Renda, com redução no Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, taxaço de lucros e dividendos, além de possíveis alterações nos Juros sobre Capital Próprio (JCP) e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Esses dois últimos já foram enviados ao Congresso. Faz parte da reforma a isenção do Imposto de Renda de Pessoa Física para quem ganha até R\$ 5 mil, considerada pelo Governo como prioritária.

O custo bruto estimado para a isenção é de em torno de R\$ 40 bilhões (0,35% do PIB), com a compensação podendo ser insuficiente se a proposta for diluída durante a tramitação no Congresso. No mérito, a proposta é controversa, pois em torno de 10 milhões de pessoas a mais e 26 milhões no total (60% das pessoas que declaram IR) serão isentas de imposto de renda. Na comparação internacional, o Brasil será um dos países com a maior faixa de isenção de IRPF se comparado com os países da OCDE. Além disso, vemos a medida como de baixa focalização por privilegiar os trabalhadores formalizados, que são beneficiários de ampla proteção social e que tendem a habitar nas regiões mais ricas do país. A medida também promove estímulo de demanda em uma economia com sinais de sobreaquecimento e postura fiscal constantemente expansionista, trazendo riscos inflacionários. Por outro lado, a tributação mínima, é positiva tanto do ponto de vista fiscal como de justiça tributária.

## **Ajuste fiscal**

A trajetória da dívida pública requer um maior esforço fiscal por parte do Governo, principalmente pelo lado das despesas. Até o momento, também não consegue passar um sinal claro sobre um novo pacote de ajustes. Para o arcabouço fiscal, consideramos o não cumprimento da meta de superávit primário (-0,7%) pela dependência de medidas apenas pelo lado da receita e uma compensação parcial da medida de isenção do IRPF. Já para o primeiro relatório bimestral, que será divulgado em março, um contingenciamento de R\$ 35 bi seria importante sinalização de compromisso.

## Principais eventos do legislativo, do executivo e do judiciário federal

Tema	Detalhamento	Impacto	Considerado no cenário
<b>Orçamento 2025</b>	Inclusão do Pé-de-Meia e do Vale-Gás no Orçamento.	Por volta de R\$ 10 bi.	Sim
<b>Reforma da Renda</b>	Medida deve contar com taxaço de lucros e dividendos, taxaço de <i>big techs</i> , reduço do imposto de renda para pessoa física que ganha até R\$ 5 mil, reduço do imposto de renda de pessoa jurídica, tributaço mínima na pessoa física e também na pessoa jurídica, entre outras medidas.	R\$ 40 bilhões para a isenço até R\$ 5 mil no IRPF.	Consideramos aprovaço com compensaço apenas parcial
<b>Reforma Ministerial</b>	Governo busca melhorar governabilidade e atrelar mudanças a apoio em 2026, mas partidos não aceitam.	Não se aplica.	Não se aplica.
<b>Emendas parlamentares</b>	O ministro Flávio Dino liberou apenas parte das emendas de comissão que ele havia bloqueado e negou outros pedidos tanto da Câmara quanto do Senado. A disputa deve permanecer durante o ano de 2025 e afetar votaçoes.	São R\$ 6 bilhões ainda bloqueados pelo ministro Flávio Dino, do STF. Valor para 2025 depende de aprovaço do Orçamento.	Não se aplica.

**Emmanuel Macedo**  
**Thales Guimarães**  
**Pedro Schneider**

## Pesquisa macroeconômica – Itaú

Mario Mesquita – Economista-Chefe

Para acessar nossas publicações e projeções visite nosso site:

<https://www.itaubba-pt/analises-economicas>



Acesse nossos conteúdos  
no seu celular

## Informações Relevantes

1. Este relatório foi desenvolvido e publicado pelo Departamento de Pesquisa Macroeconômica do Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco"). Este relatório não é um produto do Departamento de Análise de Ações do Itaú Unibanco ou da Itaú Corretora de Valores S.A. e não deve ser considerado um relatório de análise para os fins do artigo 1º da Instrução CVM n.º 20, de 2021.
2. Este relatório tem como objetivo único fornecer informações macroeconômicas e não constitui e nem deve ser interpretado como sendo uma oferta de compra e/ou venda ou como uma solicitação de uma oferta de compra e/ou venda de qualquer instrumento financeiro, ou de participação em uma determinada estratégia de negócios em qualquer jurisdição. As informações contidas neste relatório foram consideradas razoáveis na data em que o relatório foi divulgado e foram obtidas de fontes públicas consideradas confiáveis. Entretanto, o Itaú Unibanco não dá nenhuma segurança ou garantia, seja de forma expressa ou implícita, sobre a integridade, confiabilidade ou exatidão dessas informações. Este relatório também não tem a intenção de ser uma relação completa ou resumida dos mercados ou desdobramentos nele abordados. O Itaú Unibanco não possui qualquer obrigação de atualizar, modificar ou alterar este relatório e informar o respectivo leitor.
3. As opiniões expressas neste relatório refletem única e exclusivamente as visões e opiniões pessoais do analista responsável pelo conteúdo deste material na data de sua divulgação e foram produzidas de forma independente e autônoma, inclusive em relação ao Itaú Unibanco, à Itaú Corretora de Valores S.A. e demais empresas do grupo econômico do Itaú Unibanco.
4. Este relatório não pode ser reproduzido ou redistribuído para qualquer outra pessoa, no todo ou em parte, qualquer que seja o propósito, sem o prévio consentimento por escrito do Itaú Unibanco. Informações adicionais sobre os instrumentos financeiros discutidos neste relatório encontram-se disponíveis mediante solicitação. O Itaú Unibanco e/ou qualquer outra empresa de seu grupo econômico não se responsabiliza e tampouco se responsabilizará por quaisquer decisões, de investimento ou de outra, que forem tomadas com base nos dados aqui divulgados.

**Observação Adicional:** Este material não leva em consideração os objetivos, situação financeira ou necessidades específicas de qualquer cliente em particular. Os clientes precisam obter aconselhamento financeiro, legal, contábil, econômico, de crédito e de mercado individualmente, com base em seus objetivos e características pessoais antes de tomar qualquer decisão fundamentada na informação aqui contida. Ao acessar este material, você declara e confirma que compreende os riscos relativos aos mercados abordados neste relatório e às leis em sua jurisdição referentes a provisão e venda de produtos de serviço financeiro. Você reconhece que este material contém informações proprietárias e concorda em manter esta informação somente para seu uso exclusivo.

**SAC Itaú:** Consultas, sugestões, reclamações, críticas, elogios e denúncias, fale com o SAC Itaú: 0800 728 0728. Ou entre em contato através do nosso portal <https://www.itaubba-pt/ataendimento-itaubba-pt/ataendimento-itaubba-pt/>. Caso não fique satisfeito com a solução apresentada, de posse do protocolo, contate a Ouvidoria Corporativa Itaú: 0800 570 0011 (em dias úteis das 9h às 18h) ou Caixa Postal 67.600, São Paulo-SP, CEP 03162-971. Deficientes auditivos, todos os dias, 24h, 0800 722 1722.